

A IDENTIFICAÇÃO DOS INTERESSE ESTRATÉGICOS NORTE-AMERICANOS E O SURGIMENTO DE UMA NOVA ESTRATÉGIA DE CONTENÇÃO – uma releitura de Samuel Huntington em busca do verdadeiro oponente dos EUA

Marcelo José Ferraz Suano

Doutor e Mestre em Ciência Política pelo DCP/FFLCH/USP; Bacharel em Filosofia e licenciado pela FE-USP; Professor de Relações Internacionais na UNINOVE

Resumo

Este artigo procurar apresentar uma releitura de alguns textos de Samuel Huntington em busca de elementos que auxiliem na interpretação da política internacional contemporânea.

***Unitermos:** contenção; estratégia; guerra; Huntington; política internacional.*

Abstract

This article aims to present a new reading on Samuel Huntington's texts towards issues which can help in contemporary international politics evaluation.

***Uniterms:** contention; strategy; war; Huntington; international politics.*

Nos dias de hoje, torna-se necessário consultar o que nos disseram os mestres, para tentar compreender a dinâmica da política internacional contemporânea. Nesse sentido, Samuel Huntington precisa ser relido. Não pelo fato de ter escrito, em 1993, o polêmico texto *Choque de Civilizações?*, adotado por muitos estudiosos como indicação do que ocorreria nas relações internacionais no século XXI; ao contrário,

esse texto deixou uma grande interrogação sobre sua validade científica. Pior, o que se viu, após o atentado de 11 de setembro de 2001, foi uma tentativa do governo dos EUA de usar alguns dos postulados nele apresentados, para mobilizar a opinião pública do país em apoio à nova política externa e à nova estratégia que os ‘falcões’ da Casa Branca estavam elaborando. Contudo, a grandeza desse autor se dá não por esse artigo, mas por outros que escreveu no fim dos anos 80 e início dos 90.¹ Trata-se de textos que conseguem iluminar a questão mais importante para este início de século: qual será a configuração do novo sistema internacional?

Presenciamos, no mundo atual, um daqueles momentos em que poucas gerações têm a oportunidade de viver: estamos na fase de transição de uma época que se encerrou em 1989²; por isso, ainda não está definido o Sistema Internacional que substituirá o da Guerra Fria. Os quase catorze anos que nos separam da queda do muro de Berlim talvez representem o período de uma estranha guerra geral, cuja batalha inicial se deu em 1991, com a primeira Guerra do Golfo, e tem-se estendido com a aplicação, pela agora única superpotência mundial, de uma estratégia cujo objetivo seria manter a hegemonia sobre o mundo e definir concretamente as regras que o organizarão nesta nova realidade. A estranheza dessa guerra sistêmica está em que não foi definido claramente quem são os oponentes.

Os textos de Samuel Huntington e os conceitos usados pela teoria das Relações Internacionais de Raymond Aron³ permitem-nos

¹ Os textos escritos no fim dos anos 80 são “Declínio ou Renovação?” (resposta a Paul Kennedy), que no Brasil foi publicado na Revista *Diálogo*, n. 1, v. 23, Editora Lidor, Rio de Janeiro, 1990, e “A Mudança dos Interesses Estratégicos Americanos”, publicado pela Revista *Política Externa*, v. 1, n. 1, Paz e Terra, São Paulo, 1992.

² Para alguns autores, o fim da guerra fria se dá com a Guerra do Golfo, em 1991, e não com a queda do muro de Berlim, em 1989. Para a maioria dos pesquisadores, no entanto, o marco é 1989.

³ Ao longo deste texto, utilizaremos o conceito *aroniano* com várias adaptações. Raymond Aron foi um dos grandes intelectuais franceses do século XX. Sociólogo e jornalista, dedicou-se aos mais variados campos das ciências humanas, tendo elaborado trabalhos sobre história e filosofia, além de ser considerado pela crítica especializada como um dos grandes construtores das Relações Internacionais como ciência autônoma, uma vez que seus livros sobre o tema buscaram identificar a especificidade dessa disciplina como forma de produzir uma teoria científica, a qual permitiria equacionar corretamente o problema das relações entre os povos. A definição de Aron pode ser observada em *Paz e Guerra entre as Nações*, capítulo 4; sobre sua teoria das Relações Internacionais pode-se consultar *Estudos Políticos*. Podem ser consultados também vários outros autores. Os que estão disponíveis em língua portuguesa e apresentam bons resumos explicativos são: Marcel Merle e Philippe Braillard. As referências completas estão listadas no final deste artigo.

compreender o problema, identificar parte das respostas e levantar algumas questões significativas para a compreensão dessa realidade que ainda está nascendo.

Para melhor entender como ocorrem as relações entre os povos, é necessário esclarecer o que é um Sistema Internacional. Devemos compreendê-lo como um conjunto composto por atores em interação, cujo principal ator é a Unidade Política⁴, existindo hierarquia de poder⁵ entre elas, o que define um posicionamento no sistema.

As mais poderosas unidades políticas – com uma certa participação ou influência de alguns outros atores, como organizações intergovernamentais e corporações transnacionais⁶ – organizarão as Relações Internacionais, definindo zonas de influências que, no limite, constituem grupos de alianças, sejam políticas, econômicas ou militares, ou uma mistura das três. Como o sistema vive em equilíbrio dinâmico, ao longo do tempo sucedem-se alterações nesse posicionamento, devido ao aumento ou perda de poder das unidades políticas, o que modifica as relações entre elas no interesse de preservar o equilíbrio. Pode ocorrer, contudo, que esse equilíbrio seja rompido e ponha todas as unidades políticas em confronto, produzindo uma guerra geral que decretará o fim desse sistema e produzirá outro. Ou seja, a guerra geral leva ao envolvimento de todos os demais atores, por isso surgirá uma nova relação, configurando novas regras de relacionamento. A partir dessa noção, percebemos que o caminho para entender a ordem mundial se dá com a identificação de quem são os atores que regulam o sistema.

4 Neste período, as relações internacionais se davam quase que exclusivamente entre unidades políticas, tendo os Estados como seus únicos atores. Aceitava-se, portanto, que as relações internacionais eram exclusivamente interestatais. Hoje, a forma como a unidade política se apresenta é o Estado Contemporâneo.

5 A questão do poder variou no decorrer do tempo. Ao longo da história o principal vetor para avaliar o poder de uma unidade política foi o aspecto militar, medido pelo número de exércitos e armamentos. No final do século XX o aspecto militar perdeu status em relação ao fator econômico. Hoje, pode-se dizer que há três fatores para definir a hierarquia nas Relações Internacionais: o econômico, que se apresenta como o mais importante devido à estrutura da produção mundializada; o militar, que em função dos acontecimentos recentes tem retomado seu antigo status; e o cultural, pelo papel de centro de difusão de valores coletivos que um povo pode representar, significando, por isso, um centro articulador de alianças, com capacidade de criar importantes áreas de influência.

6 ONU e FMI são exemplos de organizações intergovernamentais e Ford e Coca Cola, ou seja, as grandes multinacionais, são exemplos de Corporações Multinacionais.

Na época da Guerra Fria⁷, o mundo foi bipolar durante grande parte de sua duração. Somente a partir da década dos 70 é que se caminhou para a multipolaridade, com a emergência econômica de países na Europa e no Sudeste Asiático, além do fato de a China ter entrado no rol das grandes potências estratégicas. Ainda assim, até o fim desse período, apenas duas unidades políticas tinham capacidade de se sobrepôr a todas as demais, podendo rivalizar em poderio bélico: EUA e URSS.

A queda da União Soviética significou mais que o fim desse sistema internacional. A maneira como caiu deixou uma lacuna na compreensão do que surgiria em substituição ao mundo que se encerrara. As duas superpotências davam equilíbrio à relação entre os povos⁸, algo que não conseguiu ser repetido mesmo com a ascensão das grandes economias da Europa e da Ásia. Com o fim da bipolaridade, qual seria a nova configuração do sistema internacional? Vários analistas apostaram na multipolaridade e apontaram o G-7, o surgimento de blocos econômicos e o poder conferido às organizações intergovernamentais como sinais dessa configuração. Catastrofistas brilhantes como Paul Kennedy (1989) confirmaram essa tese ao mostrarem que os próprios EUA estavam em decadência, pois sua economia não conseguiria enfrentar os grandes que emergiam. O tempo transcorreu e as teses de Kennedy, genericamente, se mostraram exatas para o caso soviético, mas inadequadas para o norte-americano, tanto que surgiu no cenário intelectual uma nova idéia de configuração do mundo como unimultipolar, forma mais adequada para explicar a existência de uma única superpotência com economia suficientemente grande para ter interesses no mundo inteiro, além de possuir capacidade estratégica para fazer duas guerras simultâneas, em dois pontos do globo. Essa nova realidade deveria, então, ser entendida da seguinte forma: uma superpotência (econômica, política,

7 Neste período, as relações internacionais se davam quase que exclusivamente entre unidades políticas, tendo os Estados como seus únicos atores. Aceitava-se, portanto, que as relações internacionais eram exclusivamente interestatais.

8 Deixemos de lado a questão do equilíbrio do terror, quando o equilíbrio se dava pela impossibilidade do uso de armamentos nucleares, uma vez que uma guerra nesses termos não teria vencedores. Ele deve ser entendido como um fator a mais – e positivo – para a manutenção da estabilidade na política internacional.

estratégica, ideológica e cultural) e algumas grandes potências (econômicas e estratégicas).

O problema dessas interpretações é que não levaram em conta um dado importante, presente no conceito de Sistema Internacional⁹ – o fim de um sistema e o nascimento de outro é o tipo de processo que ocorre com uma guerra geral. A razão é simples: quando todos entram em guerra, os grandes duelam e os derrotados são substituídos por outros grandes que tratarão de negociar entre si as novas regras que orientarão as relações entre os povos.¹⁰

Este é o problema: a guerra geral não se concretizou. Apenas uma das superpotências, a URSS, ‘jogou a toalha’, deixando um vácuo de poder que não foi ocupado por ninguém. A superpotência que resistiu, os EUA, passou a querer ocupar concretamente esse vácuo e percebeu que teria de fazê-lo para o bem de sua economia e estilo de vida, antes que um novo grande o fizesse. Nesse sentido, esse período iniciado com o fim da guerra fria, visto como o período da grande guerra que está sendo travada para definir a configuração do sistema internacional, talvez dure mais do que se supõe, pois o combate militar não se dará entre os grandes, mas entre a superpotência e os pequenos que representarem contraposições aos norte-americanos e puderem criar regiões de resistência aos seus interesses e, ainda em um futuro próximo, guinar para a esfera de influência de uma nova potência que surgirá, vindo a fazer frente aos EUA. Assim, os movimentos norte-americanos devem ser realizados tendo em mente a necessidade de abortar o surgimento desse grande oponente que poderá constituir-se em novo farol cultural e político para o mundo. Caso não morra, que surja submetido aos interesses dos EUA.

Uma bela estratégia tem sido elaborada e para ela muito tem aportado a análise de pesquisadores e teóricos das Relações Internacionais. Samuel Huntington está entre os que mais contribuíram e não é à toa que muitos o chamaram de o ‘Mister X’¹¹

⁹ A menos que a idéia de Sistema Internacional não tenha validade teórica. Esse conceito, contudo, é usado por quase a totalidade dos analistas, dado seu poder heurístico.

¹⁰ Isso é importante para a compreensão da dinâmica das relações internacionais: os grandes se relacionam, já os pequenos apenas tentam inserir-se na dinâmica criada pelos maiores.

da nova realidade internacional, devido à publicação, na *Foreign Affairs*, em 1993, de seu artigo *Choque de Civilizações?*. É interessante que ele realmente possa ser visto dessa forma, mas não em razão desse texto que não representou uma nova teoria nem pode ser tomado como o norte para a nova estratégia de contenção a ser adotada pelos Estados Unidos. A tese do artigo serviu como uma luva, mas para auxiliar a execução da estratégia norte-americana, não para construí-la: Huntington apareceu, no início, como o construtor de uma nova teoria das Relações Internacionais e, posteriormente ao 11 de Setembro, como aquele que conseguiu entender a essência do mundo contemporâneo; no entanto, rapidamente deixou-se de falar em sua tese. A questão se esclarece quando percebemos que ela serviu magnificamente para mobilizar a opinião pública norte-americana após o ataque terrorista às Torres Gêmeas, mas demonstrou-se inútil para entender quais são os verdadeiros interesses e inimigos dos Estados Unidos.

Resumidamente, as teses expostas nesse artigo vieram em resposta a uma nova onda de idealismo que grassara na política internacional. A tese do ‘fim da História’, de Francis Fukuyama (1989), que havia sido apresentada no fim da década 80 e ganhara o mundo no início dos 90, irritava Huntington. O principal ponto de sua irritação está na conclusão exposta por Fukuyama de que se presenciava o fim da história, uma vez que havia a concordância dos povos em considerar a liberal-democracia e o capitalismo, juntos, como o único caminho para a correta organização social e o melhor modo de produção. Nesse sentido, não haveria outra ideologia concorrente nem a coletividade internacional desejaria que um novo caminho fosse elaborado. O corolário dessas teses é que a humanidade daria ênfase, cada vez maior, à organização econômica internacional e à diplomacia, como forma de resolver as contendas

¹¹ Mister X foi o codinome com o qual Gorge Kennan assinou um artigo na *Foreign Affairs*, em julho de 1947, intitulado *The Sources of Soviet Conduct*, no qual apresentou as linhas mestras da estratégia norte-americana para o pós-II GM, que se deveria pautar na contenção ao comunismo soviético. Atribui-se a essas idéias a orientação para o conjunto de alianças militares que foram realizadas em volta da parte soviética da Eurásia. Deve-se notar, contudo, que suas idéias se relacionam com as concepções de geoestratégia e lembram as concepções da geopolítica elaboradas por Halford Mackinder e Nikolas Spykman. Uma consulta ao livro de Spykman, publicado em 1942 sob o título *America's Strategy in World Politics*, permite perceber a relação entre as concepções.

entre as sociedades, afastando, paulatinamente, a perspectiva estratégico-militar.

Segundo Huntington, tais teses não percebiam a essência das relações entre as sociedades e, dessa forma, mais que estarem fadadas ao fracasso, significariam um perigo para a ordem mundial. A essência das relações internacionais está nas relações de poder – esse é o ponto do qual este autor não se afasta em nenhum momento. Por essa razão, centraliza suas análises na dimensão militar, pois, ao contrário de um mundo homogêneo, o que surgiu no horizonte foi um novo tipo de cisão entre os povos, não mais baseada em ideologias, e sim em algo mais fundamental, como nos afirma:

uma fonte fundamental de conflito nesse novo mundo não será essencialmente econômica. As grandes divisões na humanidade e a fonte predominante de conflito serão de ordem cultural. As nações-Estados¹² continuarão a ser os agentes mais poderosos nos acontecimentos globais, mas os principais conflitos ocorrerão entre nações e grupos de diferentes civilizações. O choque de civilizações dominará a política global. As linhas de cisão entre as civilizações serão as linhas de batalha no futuro (HUNTINGTON, 1994, p. 120).

A lógica dos novos conflitos é a idéia organizadora dessa mudança. Ao longo da história, os povos sempre se relacionaram de acordo com seus interesses e usaram a política do poder¹³ como instrumento de relacionamento entre eles. O que mudou foi a razão pela qual se vai à guerra para alcançar os interesses. Desde o nascimento do Estado Moderno, quando se construiu a nova ordem internacional, os conflitos sempre ocorreram por confrontos de interesses, o que é óbvio; o que mudou foi o princípio que permitia definir os interesses em jogo, o sujeito que os buscava e as formas como se articulavam os sistemas de alianças, à medida que os

12 É indiferente que se use o termo nação-Estado, ou Estado-nação – o sentido é o mesmo. A questão é apenas de tradução, uma vez que se está usando como fonte de consulta a apresentada na revista *Política Externa*.

13 Deve-se entender política do poder como a ação baseada na ameaça do uso da força, enquanto se perseguem os interesses, entre os quais está o aumento do poder. Para melhor compreensão do conceito, consultar Martin Wight, *A Política do Poder*, 1978.

sistemas internacionais eram substituídos. Esse mesmo princípio fornecia as razões pelas quais se ia à guerra, adquirindo um espírito diferente em cada período. Por isso, ao longo do tempo, as guerras passaram por três fases, cada uma delas correspondendo à emergência de um princípio: primeiro foram as guerras entre governantes, baseadas no princípio do interesse destes; em seguida, entre nações-Estados, pois as políticas eram formuladas para atender interesses da nação, e depois, entre ideologias, em razão das quais se formulavam as estratégias de alianças e as orientações que definiam os interesses em jogo.

O mundo contemporâneo converteu as civilizações não-ocidentais em sujeitos ativos do cenário mundial – essa é a nova realidade a ser interpretada. Nesse sentido, o entendimento do significado do conceito de civilização permitirá que se desvele como e por que os conflitos ocorrerão, principalmente pelo fato, segundo o autor norte-americano, de que as guerras que até então ocorreram entre os povos podem ser vistas como guerras civis ocidentais, uma vez que apenas esta civilização era sujeito da história, estando todos os demais povos de outros grupos civilizacionais a reboque de sua dança. Nos termos de Huntington (1994, p. 121), assim se define o conceito de civilização:

Uma entidade cultural [...] o mais amplo agrupamento cultural de pessoas e o mais abrangente nível de identidade cultural que se verifica entre os homens, excetuando-se aquele que distingue os seres humanos das demais espécies. Define-se por elementos objetivos comuns, como a língua, história, religião, costumes e instituições, e também pela auto-identificação subjetiva dos povos.

Baseando-se na leitura de Toynbee (1987), Huntington identifica sete ou oito civilizações no mundo contemporâneo: ocidental, confuciana, japonesa, islâmica, hindu, eslavo-ortodoxa, latino-americana e, possivelmente, a africana.¹⁴ O fato é que o autor

¹⁴ Não se vai discutir aqui a cientificidade dessas teses nem as questões relativas à filosofia cíclica da história nelas implícitas. Interessa-nos apenas os postulados apresentados para compreensão de seu papel na explicação da política internacional contemporânea.

propõe a inevitabilidade de um choque entre civilizações lastreadas numa série de seis razões que não se deve ignorar nem afastar:

Primeiro, as diferenças entre as civilizações são não apenas reais, mas fundamentais. Isso mostra que há certos níveis de interesses que são inegociáveis, caso sejam confrontados. Segundo, o mundo está ficando cada vez menor produzindo uma interação crescente entre elas que ao invés de produzir a confluência entre os povos tem intensificado a consciência das diferenças. [...]. Em terceiro lugar, os processos de modernização econômica e mudança social estão separando as pessoas das identidades locais formadas a muito tempo e tem enfraquecido o Estado-nação como fonte de identidade. [...]. Em quarto lugar, o crescimento da consciência civilizacional é acentuado pelo papel duplo do Ocidente: ele está no auge do seu poder e, talvez por isso, ocorre um retorno às raízes entre as civilizações não ocidentais ocorrendo uma desocidentalização e a nativização das elites locais. [...]. Em quinto lugar, as características e diferenças de natureza cultural são menos mutáveis e, portanto, mais difíceis de conciliar e resolver que as de natureza política e econômica. [...]. Em conflitos ideológicos e de classe a questão chave era: ‘De que lado você está?’. As pessoas podiam escolher um lado e mudar de lado. Nos conflitos entre civilizações a questão é: ‘O que você é?’. Isso não pode ser mudado. Finalmente, o regionalismo econômico está crescendo, [mas] só pode ser bem-sucedido quando se baseia em uma civilização comum (op.cit., 1994, p. 122-124).

Seguindo esse raciocínio, conclui o autor que, “ao definir suas identidades em termos étnicos e religiosos, as pessoas tendem a enxergar suas relações com as pessoas de etnias e religiões diferentes como um jogo de ‘nós’ contra ‘eles’” (op.cit., 1994, p. 125). Assim, o choque de civilizações ocorrerá em dois níveis: “o micro, com grupos adjacentes ao longo das linhas de cisão entre civilizações que lutam, muitas vezes com violência, pelo controle do território e de cada um”. E no nível macro, em que “Estados de diferentes civilizações competem por poder militar e econômico, lutam pelo

controle de instituições internacionais e promovem, competitivamente, seus próprios valores políticos e religiosos” (op.cit., 1994, p. 125-126).

O caminho percorrido por Huntington mostra que existem linhas de cisão entre as civilizações que substituirão as fronteiras políticas e ideológicas como pontos de crise. A própria história demonstra que essas linhas sempre existiram e foram constantes focos de tensão, mas acabaram mascaradas por outras razões. Tanto isso é concreto que a arregimentação para as guerras sempre se dirigiu aos membros de uma mesma civilização. A tendência lógica é que, com a crescente mobilização civilizacional, os conflitos micro tenderão a ganhar mais força à medida que o caráter cultural for sobressaindo.

No mundo atual, a civilização ocidental está numa posição de superioridade econômica e tecnológica que lhe dá um poder sobre as demais, conduzindo o eixo da política mundial para a contraposição entre o Ocidente e as outras civilizações. Três serão as posturas possíveis dos não-ocidentais: isolamento, adesismo e contrabalanceamento do poderio ocidental com o desenvolvimento econômico e bélico, ou seja, modernização sem ocidentalização. Nessa terceira postura é que reside o perigo: é possível que as civilizações se juntem ao Ocidente, pois aqueles que se posicionarem contra ele adotarão a modernização como estratégia de busca de poder alternativo ao ocidental; os Estados ocidentais, por sua vez, tendem a adotar uma postura pacifista, reduzindo seu arsenal bélico e permitindo a ascensão militar dos não-ocidentais que, acrescentando-se, estão investindo em armamentos não convencionais, caso do Sudeste Asiático. O problema maior residiria na possibilidade de uma conexão confuciano-islâmica, ‘bloco civilizacional’ que tem investido na competição armamentista mais intensa contra os ocidentais. Essa realidade obrigará a que se estabeleçam linhas de conduta para enfrentar esse perigo iminente. Nas palavras de Huntington (1994, p. 139-140):

a curto prazo, seria claramente vantajoso para o Ocidente promover maior cooperação e união em sua própria civilização, em especial entre seus componentes europeus e norte-americanos; incorporar ao Ocidente as sociedades da Europa Oriental e da América Latina, cujas culturas se aproximam da ocidental; promover e manter relações de cooperação com a Rússia e o Japão; evitar que os conflitos intercivilizacionais locais se transformem em grandes guerras intercivilizacionais; limitar a expansão do poder militar dos Estados Islâmicos e confucianos; apoiar, em outras civilizações, grupos que demonstram simpatia e interesse pelos valores ocidentais; fortalecer as instituições internacionais que refletem e conferem legitimidade aos interesses e valores do Ocidente, e promover o envolvimento de Estados não-ocidentais nessas instituições. A longo prazo, serão necessárias outras medidas. A civilização ocidental é ao mesmo tempo ocidental e moderna. As civilizações não-ocidentais têm procurado se modernizar sem se tornar ocidentais. Até hoje, apenas o Japão foi plenamente bem-sucedido nisso. As civilizações não-ocidentais continuarão a tentar adquirir riqueza, tecnologia, qualificações, equipamentos e armas que fazem parte dessa modernidade. Também tentarão conciliar essa modernidade com sua cultura e valores tradicionais. Seu poder econômico e bélico aumentará em relação ao do Ocidente. Em consequência, cada vez mais o Ocidente terá de se adaptar a essas civilizações modernas não-ocidentais, que se aproximam do Ocidente em poder, mas em valores e interesses diferem substancialmente. Para isso o Ocidente terá de manter o poderio econômico e militar necessário para proteger seus interesses diante dessas civilizações. Mas, o Ocidente também precisará desenvolver uma compreensão muito mais profunda dos pressupostos religiosos e filosóficos que são as bases das outras civilizações, bem como das maneiras como as pessoas daquelas civilizações vêem seus interesses. Será necessário, ainda, um esforço para identificar elementos comuns entre a civilização ocidental e as demais. No futuro não haverá uma civilização universal, mas um mundo de diferentes civilizações, e cada qual precisará aprender a coexistir com outras.

Observando-se detidamente, percebemos que as reflexões de Huntington estão totalmente inseridas no paradigma realista das relações internacionais.¹⁵ Acima de tudo, o autor ainda pensa a relação entre os povos com base nas relações de força entre as unidades políticas, e seus aconselhamentos se concentram mais na defesa dos interesses destas que na colaboração intercivilizacional. A idéia de civilização surge como mais um componente que pode produzir coesão na aliança entre povos que comungam de semelhanças culturais. Nesse sentido, ele age como um ideólogo e não como um cientista.

Deve-se notar que, apesar de apresentar um novo componente para a análise das relações interestatais, ele vê as relações entre os povos sob o prisma da segurança das unidades políticas, pensando a maximização do poder como critério de formulação das políticas externas, uma vez que ainda considera o binômio paz-guerra o campo sobre o qual se dá o entendimento da política internacional. Contudo, são muitos os complicadores que se introduzem ao se considerar a questão do choque entre civilizações.

Em primeiro lugar, não se pode esquecer a realidade dos Estados-Nação nesta nova abordagem, tema que nela se encontra suspenso, pois, ao tratar de civilizações, o autor obriga-se a ignorar as diferenças nacionais em prol de uma megacomunidade homogênea, ou que tende para a homogeneidade. Isso, contudo, não resolve o problema: as nações ocidentais são altamente permeáveis a valores alheios àqueles que lhes dão fundamento, característica de séculos de exercício de tolerância com a diferença. Essa permeabilidade possibilita que as diferenças entre os países ocidentais também surjam e se potencializem na medida em que eles possam confrontar interesses que respondam exclusivamente às necessidades de determinada nação. Por exemplo, é muito difícil imaginar que países como França ou Alemanha deixem de realizar acordos políticos e econômicos vantajosos com a China, Índia ou algum país do Oriente Médio, para manter coeso um suposto Ocidente do qual fazem parte. Em outras palavras, não se pode pensar o Ocidente como um corpo monolítico a adotar uma única

¹⁵ Para mais esclarecimentos sobre essa inserção, consultar artigo de J.R.N. Chiapin, *Revista Lua Nova* (cf. referências ao final).

orientação estratégica para defendê-lo do resto do mundo. Trata-se de problemas complexos que Huntington não tem a pretensão de resolver, mesmo porque, embora tenha tentado mostrar coisa diversa em seu artigo, sua preocupação é outra, e há de se reconhecer que os elementos que ele traz para o debate apresentam uma perspectiva até então ignorada na reflexão sobre a política internacional.

A questão central, no entanto, não está no suposto novo paradigma para explicar as relações internacionais; o importante é saber qual o verdadeiro papel do Estado-Nação nesta nova realidade, pois só assim se poderá descobrir aonde Huntington deseja chegar. Em muitos momentos, parece-nos que o autor formula nova proposta de unidade política, negando-a prontamente, na parte final de seu artigo, ao sugerir que não pretende afirmar o desaparecimento dos Estados-Nação. A conclusão a que podemos chegar é que Samuel Huntington, mais que um cientista – mesmo que se tome a concepção *kuhniana* de ciência, à qual ele recorre subliminarmente –, é um pensador da grande estratégia norteamericana no mundo pós-1989. Apesar de o conceito de civilização ser importante, na realidade representa um engenhoso recurso ideológico do autor para estimular alianças com os países culturalmente próximos, visando à formação de um novo bloco político-militar.

Isso parece claro, mas permanece em aberto quem é o inimigo. Em *Choque de Civilizações?*, ele aponta os muçulmanos e a China – os primeiros têm coesão e os outros tecnologia; juntos são capazes de fazer frente aos EUA. No entanto, a realidade do momento em que escreveu o artigo era uma, hoje, é outra, e a mudança ocorrida está muito mais próxima do que ele escrevera alguns meses antes deste artigo do que aquela que se processou a reboque das idéias civilizacionistas. Isso só ficará claro se observarmos dois outros textos produzidos, entre 1988 e 1992.

O primeiro texto foi escrito dois anos antes de *O Choque de Civilizações?* e publicado na Revista *Survival*, intitulado “A Mudança nos Interesses Estratégicos Americanos”. O foco de atenção não está voltado para compreender a natureza do mundo pós-guerra fria, mas, sim, diretamente para o entendimento de qual

deve ser o posicionamento dos Estados Unidos, identificando as três fases cumpridas pela estratégia norte-americana ao longo de sua história: uma, de neutralidade, que se estende de 1780 até 1815; outra, de isolacionismo, voltada à expansão continental e ao desenvolvimento econômico, de 1815 até 1898; e a última, de intervencionismo, visando a manter o equilíbrio de poder na Europa e na Ásia, que vai de 1898 até o final da II GM, além de uma fase de contenção do poderio soviético concentrada em seis componentes fundamentais:

- (i) uma instituição com um grande corpo de serviço militar obrigatório; (ii) uma invulnerável força nuclear estratégica; (iii) o avanço dos destacamentos das forças terrestres, aéreas e navais na Europa e na Ásia; (iv) um sistema extraordinariamente complexo de alianças e de vínculos para a garantia de segurança mútua; (v) capacidade de projetar força para as contingências do terceiro mundo; e (vi) a superioridade tecnológica ou qualitativa em armamentos (HUNTINGTON, 1992, p. 18).

A questão a que o autor quer responder diz respeito a qual deve ser a prioridade estratégica norte-americana a partir de 1990, em um mundo que passa por três tipos de transformação: (i) mudanças sistêmicas, que tratam das mudanças políticas internas e externas; (ii) mudanças na distribuição do poder no sistema internacional, com a ascensão da Alemanha e do Japão, além do surgimento de potências regionais no terceiro mundo, e (iii) mudanças nas relações entre os países, pois antes o mundo era rígido e raras as mudanças de lado nas alianças que se formavam. A partir de 1990, o mundo ficou mais flexível, com a possibilidade de os amigos de hoje se tornarem os inimigos de amanhã, posto que as nações sofrem poucas ameaças comuns sérias, o que possibilita maior maleabilidade nas aproximações políticas e militares. Desapareceu o mundo dos bons e maus sujeitos para surgir o dos sujeitos cinzas.

Neste 'novo' mundo, as opções estratégicas americanas se darão em torno de três interesses: (i) preservar a posição dos EUA como a primeira potência global, o que significa, na década dos 90,

fazer frente ao desafio econômico japonês, contendo o seu desenvolvimento; (ii) evitar o surgimento de um poder hegemônico na Eurásia, preservando o equilíbrio, e (iii) proteger os reais interesses econômicos norte-americanos no terceiro mundo, interesses que se localizam, prioritariamente, na América Central e no Golfo Pérsico devido ao petróleo, já que sem a guerra fria não é importante investir em gastos destituídos de significado estratégico. As conclusões de Huntington indicam que os EUA deverão reduzir gastos militares com a substituição de destacamentos maciços no exterior por uma presença mais modesta das forças voltadas para manter o equilíbrio nas regiões em que estiverem estacionadas, e não para responder a uma grande ofensiva da União Soviética.

Esse texto é curioso. Apresenta vários dos elementos que hoje estão presentes nos interesses norte-americanos, mas sua preocupação é o enfrentamento do poder econômico japonês, um perigo que só não se concretizou graças à própria dinâmica da economia estadunidense que soube se contrapor à do Japão. Mas o que é importante – e sempre esteve presente nas reflexões de Huntington – é que a posição hegemônica americana deveria ser preservada mediante intervenção nas regiões estrategicamente relevantes. Comparando-se os dois textos até aqui estudados, percebemos que em ambos há o mesmo foco: manter a posição norte-americana no cenário mundial, embora haja, em *Choque de Civilizações?*, um refinamento da argumentação, que apresenta um componente apocalíptico capaz de induzir todos os países ocidentais a seguir a liderança dos EUA. Qualquer leitor atento, quando estiver examinando no texto os perigos e os passos que devem ser dados pelo Ocidente, poderá trocar ‘Ocidente’ por ‘EUA’, e ocidentais por norte-americanos, o que conferirá transparência ao texto.

No entanto, para nós que buscamos compreender o mundo contemporâneo por meio daquilo que esse mestre nos disse, é necessário que se esclareça quem é o inimigo, pois continua oculto. Falar de islâmicos e confucianos como inimigos só seria possível se a civilização fosse uma entidade política e não uma entidade cultural, algo que ele mesmo nega. O que incomoda, mas não causa espanto, é o fato de se ter propagado de forma tão intensa um texto rico, mas

polêmico, e se ter relegado ao abandono o artigo mais curioso de Huntington, que nos possibilitaria descobrir, afinal de contas, o ‘segredo’ fundamental: quem é o inimigo potencial dos EUA.

Referimo-nos a um artigo publicado na revista *Foreign Affairs*, do final de 1988, que tratava da questão do declínio ou renovação do poderio norte-americano naqueles anos que encerravam a década de 80. Esse artigo apresentou uma resposta a Paul Kennedy, um dos principais analistas da política internacional, afirmando que os EUA não apenas teriam uma posição política e econômica segura, como também não haveria desafios significativos para eles, desde que se corrigissem determinados problemas e se adotasse uma estratégia segura na defesa de seus interesses. Essa resposta se contrapõe à visão decadentista de Kennedy de que os EUA estavam presenciando um período de ocaso devido à ascensão econômica de vários países que começavam a ameaçá-los e a superá-los em vários setores. O núcleo desta tese¹⁶ está na defesa de “uma espécie de padrão entre a relação do poder militar com o poder econômico”, relação que se define pelo fato de que uma “nação requer algum tipo de vantagem econômica se quiser ascender ao poder [...]”. Para tanto, é necessária uma certa capacidade de adaptação institucional da nação para resistir às mudanças, o que pode ser entendido como “capacidade institucional a encorajar a inovação e a criatividade” – é essa capacidade que permite a uma economia crescer e manter-se estável. A questão muda radicalmente quando uma nação ascende à dominação, pois “os interesses do dominador se expandem e é necessário Frotas e Exércitos para proteger os territórios recém-conquistados. Seu poder nacional não é só muito maior, mas muito mais caro. O problema consiste em ampliar sua base econômica para manter-se à altura da expansão de seu papel militar e político” Assim, depreende-se que, para manter esse domínio, é necessário um crescimento econômico que subsidie os gastos com a manutenção do *status* imperial adquirido e com a contínua projeção de poder. Caso não se consiga, viver-se-á uma situação de ‘estresse imperial’ que levará à queda gradativa da potência.

¹⁶ Paul Kennedy deu uma entrevista a Robert Heilbroner na Revista *American Heritage*, set.-out. 1988, na qual resume suas teses. Esta entrevista foi publicada na Revista *Diálogo*, n. 1, v. 23) com o título “A América está ficando para trás?” (cf. referências ao final).

O que Kennedy percebeu é que a economia norte-americana estava enfrentando uma concorrência além do suportável, com perda de sua posição econômica relativa no mundo. Apesar de os EUA ainda serem a maior entidade da economia mundial, vinham perdendo a concorrência para os produtos estrangeiros que permeavam seu mercado e, o mais importante, “a consciência americana de sua superioridade econômica deu lugar a um sentimento de perda dessa posição – de não saber competir, ou onde competir” (KENNEDY, 1990, p. 35). Isso decorria da crescente fluidez da economia internacional, levando a dinâmica das relações entre os povos a produzir um novo *modus operandi*. Em sua análise, o pior estava na fraqueza da diplomacia norte-americana e em sua incapacidade de adaptação às novas formas de mobilizar e organizar a economia de maneira mais eficiente, como no caso japonês. As saídas seriam reduzir o ônus militar, investir na diplomacia e resolver o problema do déficit orçamentário interno, bem como do déficit comercial, o que só seria possível encorajando a inovação, a adaptação e a flexibilidade. No limite, sua tese apontava para uma queda na posição norte-americana no cenário internacional.

A resposta dada por Samuel Huntington já apontava para a formulação de uma grande estratégia norte-americana. Resumidamente nos diz que, desde a década de 50, as teses declinistas sempre estiveram presentes na história americana. As teses de Kennedy eram apenas o zênite de uma quinta onda de declinismo decorrente da literatura de economia política do início dos anos 80 que analisou a decadência da hegemonia norte-americana e tentou identificar as conseqüências de seu desaparecimento. Basicamente essas teses apresentavam três posições:

Primeiro, os Estados Unidos estão declinando economicamente em comparação com outros países de economia de mercado, mais destacadamente o Japão, mas também a Europa e as nações recém-industrializadas. Os declinistas concentram-se no desempenho econômico e nos fatores científicos, tecnológicos e educacionais presumivelmente relacionados com os resultados econômicos. Segundo, o poder econômico é o elemento central da força de

uma nação, e por isso seu declínio causará danos a outras dimensões do poder nacional. Terceiro, o declínio econômico relativo dos Estados Unidos é causado principalmente por excesso de gastos com objetivos militares, que por sua vez são o resultado, na frase de Paul Kennedy do 'imperial overstretch'¹⁷, doença causada pela tentativa de manter compromissos no exterior que a nação não tem mais condições de suportar (HUNTINGTON, 1990, p. 39).

Os autores procuram pintar a economia misturando os mais variados campos – ciência, educação, tecnologia, índices econômicos etc. –, para mostrar como o quadro que se avizinhava levaria à derrocada americana. Apoiavam-se em três evidências:

os crescentes déficits comercial e fiscal que [...] o sistema político dos Estados Unidos não mostrou sinais de poder corrigir; quedas contínuas e até em aceleração na parcela de participação dos Estados Unidos no poder econômico mundial e em suas taxas de crescimento nas áreas básicas de performance econômica; debilidades sistêmicas sustentadas, inclusive métodos de pesquisa e desenvolvimento, educação primária e secundária, formação de cientistas e engenheiros, e, mais seriamente, formas de poupança e investimento” (HUNTINGTON, 1990, p. 39).

A análise da situação mostra que essas teses são fracas pelo fato de não conseguirem perceber a verdadeira dimensão da economia norte-americana e qual o seu real problema, bem como da realidade da economia internacional. Quanto aos déficits, eram o resultado de uma política econômica que estava sendo revertida pela política Reagan. Quanto à participação dos EUA no poder econômico mundial, a queda de 40% para uma taxa de 20% a 25% nos anos 70 e 80, mostrava não uma queda, mas uma estabilidade, pois o percentual anterior era conseqüência do fim da II GM, e seria natural que a diminuição ocorresse. Em relação às debilidades sistêmicas, só se davam em razão do alto nível de consumo da

¹⁷ Que a literatura das Relações Internacionais traduz por estresse imperial.

população norte-americana, e aí estava a grande falha a ser corrigida com algumas medidas políticas realmente dolorosas para o povo, mas que se revelavam factíveis. Ao contrário do que se afirmava, os EUA apresentavam uma sociedade extremamente maleável, com uma capacidade de recuperação e reestruturação maior que a de todos os demais países.

O importante está na constatação que Huntington (1990, p. 44) faz do grande desafio que pode ser posto à dominação estadunidense: ele pode vir de uma Comunidade Européia Unida, pelas seguintes razões:

caso ela se tornasse politicamente coesa, teria a população, os recursos, a riqueza econômica, a tecnologia e a força militar real e potencial para ser a potência proeminente do século 21. O Japão, os Estados Unidos e a (então) União Soviética se especializaram em investimentos, consumo e armamentos. A Europa equilibra os três.

Além disso, a Europa representa um atrativo ideológico comparável ao norte-americano, pois “se o próximo século não pertencer aos americanos, provavelmente pertencerá aos europeus. *O bastão da liderança mundial que passou para o Ocidente através do Atlântico no início do século 20 pode voltar para o Leste cem anos depois*” (op.cit., p. 44 - grifos nossos). Sua conclusão é que o valor dos declinistas está mais relacionado aos alertas que fazem que às suas previsões. Nenhum Estado é eterno; no entanto, alguns podem durar por períodos extremamente longos – é nesse sentido que se deve pensar a realidade americana.

Essa resposta à tese de Paul Kennedy nos trouxe aquilo que há de mais importante para a compreensão do mundo contemporâneo, que é identificar o inimigo potencial dos EUA: a Europa. Para nós, preocupados com a atualidade, não interessam os deslizamentos de avaliação que Huntington cometeu em cada um dos artigos, muito menos se suas idéias foram seguidas literalmente pela Casa Branca. O seu valor está em desvelar os dados que podem ser comparados com os fatos contemporâneos, permitindo que se compreendam os acontecimentos. São eles:

- a) o ator mais importante das relações internacionais ainda é o Estado-nação;
- b) o mundo ainda vive sob o guarda-chuva do paradigma realista na mente dos formuladores de políticas externas, pois a política internacional ainda está fundada predominantemente na política do poder;
- c) a questão principal para os analistas deve ser a de identificar a política externa norte-americana, interpretando sua conduta ao longo dos catorze anos que nos separam do fim da guerra fria;
- d) a questão central para entender o mundo contemporâneo deve estar voltada para identificar quem será, ou quais serão os países que ocuparão o vácuo de poder deixado pela União Soviética. Localizados esses atores, poderemos identificar os reais inimigos dos norte-americanos;
- e) é possível intuir, não apenas com base no que Huntington nos disse, mas, principalmente, com base nos fatos da atualidade, que o real oponente dos EUA é a Europa Unificada, e
- f) somente após o embate entre os EUA e esse verdadeiro interlocutor, que não precisará ocorrer necessariamente por um confronto militar direto, é que o mundo poderá ser organizado, definindo-se a configuração do sistema internacional.

Observando o mundo atual, percebemos que em nenhum momento a Europa é vista como a adversária dos Estados Unidos. Apenas Huntington observou isso há um bom tempo e, logo depois, abandonou a idéia. Mas os fatos existem independentemente dos desejos. Olhando para o que está ocorrendo, é possível notar como os argumentos civilizacionistas usados por Bush em discursos paroxísticos e apoloéticos, com frases do tipo: “eles nos odeiam devido ao nosso sucesso”,¹⁸ precisaram ser abandonados tão logo se descobriu que essa idéia era inadequada, contraproducente, sem correspondência com a realidade e, principalmente, que o mote do terrorismo bastava para catalisar as atenções da opinião pública norte-americana e mundial. Criou-se a entidade ‘eixo do terror’ para justificar intervenções em áreas que estão diretamente relacionadas aos interesses norte-americanos, e um papel maior passou a ser

¹⁸ E aqui ficava claro nos discursos que “eles” eram essencialmente diferentes dos norte-americanos, por isso os odiavam.

dado à diplomacia dos Estados Unidos, para utilizar as organizações intergovernamentais como instrumento de mobilização mundial em torno de sua estratégia.

Olhando o mapa, perceberemos que uma nova estratégia de contenção está se armando, mas agora ela se constrói em torno da Europa Unida. A grande questão pode ser equacionada se atentarmos para o fato de que o surgimento dos Estados Unidos da Europa produziria um país com suficiente capacidade econômica para atrair as economias dos países adjacentes e do terceiro mundo, gerando um gigante que se oponha ao poderio econômico americano. Como Huntington bem assinalou, seria também uma potência política, cultural, estratégica e tecnológica, constituindo um novo farol para o mundo. É essa a preocupação da superpotência: não permitir que um país que não participa do ‘império do mal’ e, acima de tudo, comunga dos mesmos valores culturais, ocupe o lugar deixado pela URSS.

A política externa norte-americana está toda ela voltada para garantir sua vantagem econômica, o que só será possível contendo o surgimento dessa nova superpotência. Todos os passos norte-americanos no mundo estão sendo dados nesse sentido; por isso, estão preocupados tanto em controlar os campos petrolíferos quanto em impedir que a península arábica guine para o continente europeu. É esse o motivo que os levou a desejar ardentemente o controle dos países árabes, iniciando sua investida pelo Iraque, ponto estratégico na região. Dados econômicos afirmam que a previsão para a próxima década é que a economia dos EUA necessitará de pelo menos 40% do petróleo mundial; informações circulavam a demonstrar que os árabes se estavam voltando para a Europa e que o mesmo vinha ocorrendo em regiões estratégicas da Ásia e da África. Além disso, os EUA aceleraram as tratativas para impor a constituição da ALCA, visando a deixar toda a América sob sua tutela econômica. Uma análise detalhada dessa política externa precisa ser feita, mas isso está fora do escopo deste artigo.

Somente entendendo os passos americanos será possível responder à questão da configuração do novo sistema internacional: A Europa conseguirá unificar-se? Quando? Os Estados Unidos

conseguirão manter o mesmo ritmo de intervenção nas regiões estratégicas? Qual será o resultado desses passos?

Quando se pensou que o mundo tendia para uma multipolaridade, falava-se do G-7 e, curiosamente, deixava-se a China de fora. Hoje, fala-se da China e voltou-se a pensar na Rússia. É possível que o mundo se torne multipolar, mas essa nova configuração só poderá definir-se quando a situação da Europa estiver resolvida. Até lá, que os falcões se ocupem da Arábia e nos esqueçam! Só que eles são muito inteligentes para cometerem esse erro: a Colômbia está logo aí; a Venezuela, próxima daqui, e a base de Alcântara, também! Nós já esquecemos que as FARC estão no grupo dos maus e que os americanos despejaram muitos dólares no Plano Colômbia. Eles, não!

A análise geoestratégica do mundo atual leva-nos à confirmação de algumas afirmações aqui feitas. A médio prazo, a Europa é o oponente que deve ser combatido; contudo, caso se unifique, dificilmente o mundo tenderá para uma bipolaridade. O mais provável é que EUA, Europa e China componham um trio de superpotências que venha a organizar um novo sistema multipolar. Embora esse seja um cenário possível, somente quando definida a situação da Europa é que ele poderá apresentar-se em todas as suas dimensões.

Referências

ANDERSON, P. *O fim da história: de Hegel a Fukuyama*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

ARON, R. *Estudos políticos. Terceira parte*. Brasília: UnB, 1985.

_____. *Paz e guerra entre as nações*. Brasília: UnB, 1986.

BRAILLARD, P. *Teorias das Relações Internacionais*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1990.

CARR, E. H. *Vinte anos de crise*. Brasília: UnB, 2001.

CHIAPPIN, J. R. N. O paradigma de Huntington e o realismo político. In: *Lua Nova*, São Paulo, CEDEC, n. 34, 1994.

FUKUIAMA, F. Humanidade chega ao fim da história. In: *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 29 out. 1989.

HART, B. H. L. *As grandes guerras da história*. São Paulo: IBRASA, 1963.

HEILBRONER, Roberto. A América está ficando para trás? (entrevista de Paul Kennedy). In: *Diálogo*, Rio de Janeiro, n. 1, v. 23, Editora Lidador, 1990.

HUNTINGTON, S. O Choque da civilizações? In: *Política Externa*, São Paulo: Paz e Terra, v. 2, n. 4, mar.-abr.-maio, 1994.

_____. *O Choque de Civilizações e a Recomposição da Ordem Mundial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1996.

_____. Declínio ou Renovação? (resposta a Paul Kennedy). In: *Diálogo*, Rio de Janeiro: Editora Lidador, n. 1, v. 23, 1990.

_____. A Mudança dos Interesses Estratégicos Americanos. In: *Política Externa*, São Paulo: Paz e Terra, v. I, n.1, 1992.

KENNEDY, P. *Ascensão e Queda das Grandes Potências*. São Paulo: Campus, 1989.

_____. A América está ficando para trás? In: *Diálogo*, Rio de Janeiro: Editora Lidador, n. 1, v. 23, 1990.

KEOHANE, R. Soberania estatal e instituições multilaterais: resposta à interdependência assimétrica. In: MOISÉS, José Álvaro. *O futuro do Brasil. A América Latina e o fim da guerra fria*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

KISSINGER, H. *La Diplomacia*. Ciudad del México: Fondo de Cultura Económica, 1996.

MACKINDER, Halford J. El pivot geografico de la história. In: RATTENBACH, Augusto B. (Org.). *Antología Geopolítica*. Buenos Aires: Editorial Pleamar, 1975.

MELLO, L. I. de A. *Halford Mackinder revisitado: quem tem medo da geopolítica?* São Paulo: EDUSP/HUCITEC, 2000.

MERLE, M. *Sociologia das Relações Internacionais*. Brasília: UnB, 1981.

MORGENTHAU, H. *Política entre las naciones*. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1986.

NYE, J. S. *Understanding international conflicts*. New York/London: Longman, 1997.

SPKYMAN, N. J. *Estados Unidos frente al mundo*. Ciudad del México: Fondo de Cultura Económica, 1994.

TOYNBEE, A. J. *Um estudo da História*. São Paulo-Brasília: Martins Fontes/UnB, 1987.

WIGHT, M. *A política do poder*. Brasília: UnB, 1978.